



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, Senhor Presidente. Devido ser quase sete horas, se a Vossa Excelência quiser consultar o Plenário para dispensar o Hino Nacional, eu aceitaria”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Nélio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias vinte e cinco de outubro e primeiro de novembro de dois mil e dezesseis foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2016, autoria dos vereadores Leci Alves Campos e Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao 1º Sargento da Polícia Militar Vandeir Luís Barbosa”. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2016, autoria dos vereadores Leci Alves Campos e Flávio de Almeida, à Comissão Especial e nomeio os



vereadores Gilson Marques, Alessandro Bonifácio e Nélio Aurélio para compor a Comissão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, com todo respeito, eu nunca participei de uma... Eu até agradeço a Sua Excelência, mas como eu nunca participei, estou acabando o meu mandato, eu vou ficar feliz até de não participar. Fico muito agradecido”. O Senhor Presidente: “Ângela Lima, a senhora aceitaria participar da Comissão?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é claro”. O Senhor Presidente: “vereadora Ângela Lima”. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 335/2016, autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Marcelo Travassos Coutinho”. Encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira, Gilson Antônio Marques e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.601/2016, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade para a empresa concessionária dos serviços do Rotativo Nova Lima de apresentar planilhas demonstrativas de arrecadação e de despesas à concedente e contém outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “boa noite a todos. Antes de o Senhor passar para a segunda parte, que é a leitura de pareceres, eu não vi aqui na apresentação de proposições a Lei Orçamentária de 2017 que o prefeito ficou de enviar”. O Senhor Presidente: “nós recebemos realmente, ontem. E nós estamos analisando. O jurídico da Câmara está... Hoje deu uma olhada. Nós temos que estudar



muito esse Orçamento que é divergente com a atual situação do município. Nós vamos fazer uma reunião muito em breve para mostrar os pontos que nós não concordamos e, imediatamente, nós passaremos à Comissão competente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria de solicitar à Vossa Excelência que providenciasse uma cópia”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “para a gente já poder ir analisando”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu também gostaria de uma cópia”. O Senhor Presidente: “recebemos o anexo ontem ou, se não me engano, hoje pela manhã. Com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “não, é só para... Completando a palavra da vereadora Ângela, eu também gostaria de receber uma cópia”. O Senhor Presidente: “todos os vereadores receberão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, só para me inteirar, a Sua Excelência tem noção, que nós estamos no mês de novembro e dezembro é um mês curto para a Casa, o Senhor tem noção quando que essas Contas podem vim para o Plenário da Câmara, mais ou menos?”. O Senhor Presidente: “não tenho noção ainda não, eu vou passar para a Comissão...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, pode ser que não venha esse ano?”. O Senhor Presidente: “depende da Comissão, vou passar para a Comissão, a Comissão vai fazer os estudos. Poderá, eu não tenho assim uma definição, nós não temos uma definição no momento”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou perguntando...”. O Senhor Presidente: “tem...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou só perguntando...”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “porque na conversa lá do prefeito, me parece que tinham vereadores lá, não é isso? Alguns no dia, não é? Você estava lá?



Estava, não é, Leci? E acaba que... Eu, particularmente, Senhor Presidente, eu tinha interesse em votar isso, porque eu estou saindo da Casa e... Você não tinha, Leci? E você, vereadora? Você não tem interesse em votar as Contas do...?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “tenho, uê”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então? Quem sabe a gente conseguia dar um tempo aí e punha em Plenário nesse ano ainda, para a gente poder votar, porque a gente está dentro da Casa e quem vai entrar vai ter mais dificuldade de votar isso do que nós que estamos aqui, viu?”. O Senhor Presidente: “vou dizer para o senhor que olhando assim rapidamente, tem coisas ali que a gente tem que conversar com o prefeito e tentar entrar em entendimentos. E eu estou sendo informado aqui pela Dra. que tem um pedido de audiência pública do Ministério Público. Então, a gente tem que... Chegou ontem aqui, não pode ser assim de um dia para o outro não. Eu não concordo, nós vamos estudar, não vou ficar relatando coisas aqui que no dia de hoje não poderia sair pelo público antes de a gente discutir com os vereadores, coisas que eu não concordo. Posso dizer para os senhores que o Cassinho atropelou a Câmara. De fevereiro até o mês retrasado, o Cassinho deixou de mandar para a Câmara setecentos mil/mês faltando. Então, a Câmara está em apuros, esse mês foi uma dificuldade tremenda. Eu acho que a Câmara não tem que ficar batendo na porta da prefeitura pedindo, com o pires na mão não. Nós temos nossa verba, eu sei que o prefeito Vítor assumiu há pouco tempo. Então, o Cassinho foi covarde com essa Câmara e não cumpriu. A verba da Câmara é sagrada, ele tentou de todas as maneiras atrapalhar a minha administração aqui nessa Câmara, me perseguindo o tempo todo, mas ele não conseguiu. Então, nós temos que nos unir, a verba da Câmara é sagrada. Se sobrar



dinheiro em dezembro, como sobrou ano passado, nós devolvemos cerca de três milhões para o Cassinho. Então, nós temos uma verba específica. É um absurdo pelo... A culpa do ex-prefeito Cassinho, talvez nossos funcionários não terão o décimo terceiro e poderá não ter o pagamento também. Então, nós vamos sentar e vamos negociar, nós vamos negociar que o funcionário da Câmara... Os funcionários não poderão pagar por erro de terceiros e perseguições, isso não pode acontecer. A ação da Câmara está lá no Ministério Público, nós fizemos uma ação, não foi julgada. E eu, José Geraldo Guedes, vinte e quatro anos aqui, eu sou Câmara Municipal, eu tenho que defender a Câmara Municipal. Então, eu vou convocar uma reunião para todos os vereadores para a gente discutir a situação. Agora, não é em vinte e quatro horas começar pedir Orçamento, primeiro a gente tem que discutir e mostrar no papel as coisas que não estão corretas, principalmente, o repasse da Câmara. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente... Só para eu...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu esperei a Sua Excelência concluir. Eu só estou falando, eu comentei isso porque na reunião que a Sua Excelência estava com o prefeito, até por sinal vocês são do mesmo partido, eu entendi que isso ia partir para isso mesmo. Acho que votar essas Contas aqui até o fim do ano vai ser impossível, viu, Leci? Pelo o que eu vejo o Presidente, o discurso que ele tem, vai ser impossível, vai passar para o outro ano. E me parece que quando essas Contas são passadas de um ano para o outro, alguns repasses, inclusive para a saúde, são deixados de fazer, não é não? A minha preocupação era até isso, esses repasses deixarem de ser feitos. Agora, a discussão, se passar daqui, vai ficar



para o ano que vem, que eu acho que não vai votar nesse ano, porque dá para se notar na conversa lá do Executivo, com o próprio nosso Presidente que estava na ponta da mesa, que não ia dar certo, na minha opinião, não ia dar certo. Então, pode preparar que esse ano nós não votamos nada aqui”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me concede um aparte? O senhor está com a palavra?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “à vontade, pode falar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, eu só estou... Eu só questionei foi a Lei Orçamentária 2017, que não tem nada a ver com o repasse que vai vim para a Câmara agora, nada a ver. É a Lei Orçamentária 2017, que o prefeito Vítor Penido nos pediu para ler com muito carinho, com muita atenção e que votasse com seriedade, foi isso”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “parece, vereadora, que está no... Que está na... O repasse está sim, está dentro sim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o repasse para...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “a redução dele está lá”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas para ano que vem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tudo bem, mas está reduzindo. O Presidente entende que não deve reduzir, pelo o que eu estou entendendo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu sei, vereador. Mas a discussão do nosso Presidente é o repasse agora para o final do ano”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, isso aí, eu acho que não... Isso aí, o prefeito...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é isso que eu estou falando com o senhor. Então, não tem a ver com o que eu perguntei. Eu perguntei sobre a Lei Orçamentária 2017, que eu tenho interesse de votar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu tenho interesse sim, porque o repasse é para a saúde, é para a educação, enfim”. A vereadora Maria Ângela



Dias Lima Pereira: “tudo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas se não tiver jeito, os vereadores que entraram aqui vão se pegar aí”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “obrigada, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado, Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor vai devolver a fala? Presidente, eu quero fazer...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “pede a palavra a ele que eu já estou devolvendo a palavra. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “vou responder primeiro, depois darei a palavra para o senhor. Em 2014 foi votado em fevereiro do ano seguinte. Então, não estou para atrapalhar nada, mas volto a frisar, eu sou Câmara Municipal. Estou mandando um aviso aqui, eu sentado nesta cadeira aqui de Presidente, eu tenho que defender o interesse da Câmara. Não me interessa, eu vou negociar, como eu tentei o tempo todo com o jurídico, com o Cássio Magnani e com a senhora Seabra, o tempo todo. O que a prefeitura fez? A prefeitura foi e ingressou na justiça contra a Câmara. Eu não vejo nenhuma possibilidade... O prefeito tem que ter o bom senso, nós não podemos deixar o funcionário da Câmara sem seu décimo terceiro. Eu sei que tem a crise aí, Nova Lima está arrasada financeiramente, apesar da arrecadação que foi excelente, porque a previsão era trinta e cinco, está recebendo quarenta e cinco, é uma das melhores do Brasil. Só que eu não vou pagar o pato, já estou avisando, eu não vou pagar o pato por erros do passado e, talvez, erros do futuro, eu não posso pagar o pato. Não venha me jogar essa carga nas minhas costas, entendeu? Eu sempre defendi aqui o funcionário público, sempre, sempre. Então, volto a dizer, para finalizar, nós temos que ter muito cuidado com o futuro da Câmara e, principalmente, dos funcionários. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O



vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu agradeço Vossa Excelência pela oportunidade da fala, mas eu quero fazer aqui das palavras da vereadora Ângela as minhas e também do vereador Nélio, eu também gostaria de votar. Eu acho que está fazendo uma confusão aqui, votar Contas, na verdade, nós não vamos votar Contas, nós vamos votar a LOA e a LDO, que o Presidente colocou lá. Salvo me engano, parece que eu ouvi o Senhor sendo orientado aqui... A LOA, a LOA”. O vereador Leci Alves Campos: “e PPA”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, perdão”. O vereador Leci Alves Campos: “LOA e PPA”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, obrigado, Leci, é isso mesmo: LOA e PPA”. O vereador Leci Alves Campos: “e também a Lei de Subvenções deve estar vindo também”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “que está junto... Inclusive, a Câmara está na Lei de Subvenções, aí é que está... É aí que eu queria chegar, tá. Pelo menos foi o que o prefeito falou com a gente ontem, que na Lei das Subvenções está a subvenção da Câmara, que aí ele está fazendo uma diminuição. Eu acho que está tendo aqui um atropelamento, porque quando o Presidente fala desse repasse que está diferente é para esse ano. A vereadora Ângela tem razão, é desse ano, não tem nada a ver com a lei do ano que vem, e aí eu respeito o Presidente, ele está defendendo a Casa no sentido de que ele não quer que diminua o repasse da Câmara, mesmo a gente sabendo que tem algumas coisas na Câmara que eu sou a favor que nós temos mesmo que estar mexendo. Agora, eu vou fazer a mesma discussão que eu fiz o ano passado, foge até do que falaram aqui. Existe um processo legislativo, me incomoda muito quando o Presidente fala que primeiro os assessores da Câmara vão discutir a lei. Gente, nós fomos eleitos, nós somos os dez vereadores...”. O Senhor Presidente: “eu



não disse...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu estou com a fala, me respeita, por favor”. O Senhor Presidente: “está com fala, está bom”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “nós fomos eleitos pela população da cidade para fazer exatamente isso, porque se for assim, nós não vamos eleger o vereador mais não, vamos eleger advogado, assessoria e pôr aqui para trabalhar e vereador... Poxa. Eu tenho advogado no meu gabinete, eu tenho gente que trabalha isso. E gostaria muito de antes de os assessores da Câmara, se eu tiver dúvida, eu vou perguntar ao assessor da Câmara, porque eles estão aqui e ganham muito bem para isso. Mas antes disso, eu não abro mão do meu direito de analisar esse documento, de discutir esse documento, inclusive com a população. Ah, tem que fazer audiência pública, tem sim, a população tem que participar disso sim. Eu só não concordo, de maneira nenhuma, que primeiro os assessores da Casa dão as instruções para os vereadores, para o que eles quiserem fazer. E se eu quiser votar os dez mil de repasse da Câmara? E, aí? Como é que faz? Vai pôr o assessor para votar? Com todo respeito, respeito todos os assessores da Casa, eu acho que eles estão aqui, são instruídos, ganham para isso e devem, inclusive, fazer isso. Agora, eu acho uma falta de respeito com dez vereadores que foram eleitos pela população, você receber duas leis que são importantes para a discussão, porque quando eu for discutir na rua, eu não sei. Ano passado eu fiz essa mesma discussão aqui, eu fiz essa mesma discussão porque a LOA ficou com os assessores da Casa... A LDO... Não, a LOA, perdão. A LOA ficou com os assessores da Casa e o povo na rua, o prefeito dizendo que já estava aqui, que a gente não votava, que a gente que não votava, e está com a assessoria discutindo se vai pôr ou se não vai pôr em pauta. Poxa. Eu respeito o



Presidente, eu penso que o Presidente tem a prerrogativa de colocar ou não esse documento em pauta aqui na reunião, mas eu peço vênica aqui, com toda sinceridade, para expor a minha insatisfação de saber que eu vou votar um processo depois que os assessores, que não foram eleitos, que não tiveram um voto do povo, que ganham mais do que o que eu ganho, só depois disso é que eu posso analisar o documento. Eu acho um absurdo, com todo respeito a todos os assessores”. O Senhor Presidente: “eu...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero responder ao senhor que eu não falei... A vereadora pediu a cópia, eu falei: ‘entregarei o mais rápido possível a todos os vereadores’. O senhor está confundido aí, eu não disse que o jurídico vai passar para vocês, eu disse que vai passar para mim. Eu recebi ontem, que tanta pressa é essa? Tem interesse nisso aí? Tem sim e eu vou colocar na rua, tem interesse de vereador em cima disso. Em cima de mim não vai passar. Amanhã vocês receberão as cópias, entendeu? Aqui não... Eu tenho que consultar meu jurídico, eu. Não disse que vocês têm que consultar jurídico. Jurídico não tem que interferir no voto de vereador. Eu tenho vinte e quatro anos aqui, nenhum jurídico que pertenceu à Câmara no passado falou: ‘José Guedes, você faz isso’ e eu vou fazer, não sou boizinho de presépio. Eu não disse isso. Agora, estão com muita pressa, chegou ontem. Chegou ontem, agora já está querendo que põe para votar, colocar para as Comissões. Calma, calma, me dê tempo aí. Fica em Comissão aí quanto tempo, vários projetos travados aí. Opa, espera aí, calma aí. Eu não sei o que eu faço ainda, vou conversar com o prefeito. Eu não posso aceitar de maneira alguma o que está no papel lá, o repasse da Câmara, não aceitarei”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão



de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “não aceitarei porque...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador...”. O Senhor Presidente: “eu que sei...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele me citou...”. O Senhor Presidente: “eu sei... Eu sei o gasto da Câmara, não estamos jogando... A Câmara não está jogando dinheiro pelo ralo, na minha administração nunca jogou, eu tenho todo cuidado, tudo aqui é dentro da lei, tudo é lícitado, porque eu não vou colocar meu rabo para nego pisar não, que eles estão tudo assim... Tem vinte e quatro anos que eles estão me vigiando, até hoje não pegaram. Eu... É o sétimo mandato e eu farei tudo para ser correto, entendeu? Agora, chegou aqui ontem, calma aí. Eu não prendo documento para vereador nenhum, eu não tenho esse direito. A Ângela pediu? Eu falei: ‘todos os vereadores receberão. E daí?’”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor me citou. Um... Vou voltar a frisar mais uma vez porque quem está na plateia aqui, quem está em casa que está assistindo, talvez, possa não entender as minhas palavras. O processo de tramitação de uma lei é startado a partir do momento que o Senhor coloca ela em pauta aqui. Então, para quem está em casa, que não entende o que o Presidente terminou de falar aqui. Eu só starto o procedimento do processo de uma lei a partir do momento que eu coloco ele aqui em pauta, em tramitação. Se o Presidente vai passar cópia, beleza, mas essa cópia não tem valor, ela só tem valor a partir do momento que o Presidente colocar ele em pauta aqui e ele vai para as Comissões. Ele pode ficar na Comissão o tempo que tiver que ficar, não tem problema, mas os vereadores estão analisando, são os vereadores que estão analisando. Se o Senhor tem pressa ou não tem pressa, eu falei com o Senhor, eu respeito o Senhor, Senhor Presidente, eu respeito o Senhor. O Senhor tem a prerrogativa



de colocar ou não o processo em pauta. O que eu estou pedindo ao Senhor é para não ficar com os assessores com esse documento e depois trazer para a gente, falando assim... Igual foi o ano passado. Eu não estou falando de nada que vai acontecer não, eu estou falando do que aconteceu que, inclusive, devolveram um documento para a Câmara e que a gente teve que mudar ele depois, que foi a coisa dos vinte e sete por cento lá, que nós tivemos que mudar aqui. Então, o que estou pedindo é que coloque ele em pauta, só isso, mais nada. Se vai ficar para ano que vem, se vai tramitar, se vai demorar a tramitar, não tem problema. Nós queremos discutir do ponto de vista que o Legislativo tem que fazer. É só isso que eu quero”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu quero fazer de parte das palavras do vereador Silvânio Aguiar as minhas palavras. E acrescentadas de que da forma que o Senhor coloca, o Senhor está tomando a decisão de votar por nós, pelo colegiado. Eu decido, eu não aceito. Ora, esse projeto é da Câmara, é de Nova Lima, não é um projeto do vereador, do Presidente José Guedes. Ele tem sim que entrar para ser discutido, ele precisa ser discutido. Para isso, o Regimento da Câmara é muito claro, existem as Comissões, todas elas constituídas, todas com competência para analisar o projeto. A hora que ele cair para a votação, se ele será votado ou não, cabe a responsabilidade de cada um, de cada um, conforme disse o vereador Silvânio, que foi eleito pelo povo para votar esse projeto. Ele não pode ser decidido por Vossa Excelência da forma arbitrária, conforme foi colocado aí por Vossa Excelência própria. É isso que eu queria dizer”. O Senhor Presidente: “eu não fui arbitrário em momento nenhum, vereador Gilson. O projeto chegou aqui ontem”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor



Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, Senhor Presidente, o fato de ele ter chegado ontem...”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Chegou ontem. Vocês estão com muita pressa, calma. Eu tenho prazo. Calma aí. Colaborem aí, eu tenho prazo. Porque que chegou ontem e quer que coloca hoje? Calma. Eu vou mandar para as Comissões. Calma. Eu estou de cabeça fria, tranquilo, eu sei o que eu estou fazendo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “agora, a responsabilidade... Nós temos que ter responsabilidade. Nós não podemos pagar o pato para quem jogou dinheiro no ralo o tempo todo. Eu não vou pagar o pato, pessoas que me... Ex-prefeito me perseguindo aqui não. Eu vou colocar no papel, vou colocar no jornal, eu tenho coragem para isso, colocar o que o Cassinho fez, eu vou colocar, tentando prejudicar essa Câmara aí. Agora... Eu não vou falar não, vou deixar para a próxima, porque quando falta dinheiro aqui, principalmente alguns vereadores quase me matam, querendo receber seu pagamento. Vocês que sabem o dia de amanhã”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, o Senhor me citou, eu gostaria só de complementar. Eu não disse aqui em momento algum que o Senhor tem que colocar hoje ou que o Senhor tem que colocar amanhã. Como bem disse o vereador Silvânio, a prerrogativa do dia que ele vai entrar é do Senhor. Eu disse que o Senhor não pode decidi-lo sozinho, como o Senhor disse que não concorda e que não vai entrar. Isso o Senhor não pode fazer. Agora, colocar, se o Senhor quiser colocar hoje, depois do Natal, depois... Isso é problema do Senhor, certo? Isso é competência do Senhor...”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Gilson, o senhor me dá um aparte, vereador



Gilson?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “concedido”. O Senhor Presidente: “como...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me dá um aparte? Vereador Nélio, ele me deu um aparte”. O Senhor Presidente: “o senhor concedeu o aparte para o vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedeu”. O vereador Gilson Antônio Marques: “concedi”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu gostaria... O Senhor fez uma acusação aqui que, na minha opinião, é muito séria, muito séria. Quando o Senhor coloca assim, olha: ‘tem gente aqui que tem interesse nisso’. Olha, eu estou aqui pedindo...”. O Senhor Presidente: “eu não citei nome”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “pois é, pior ainda, Senhor Presidente. É pior ainda porque todo mundo aqui pode ser culpado, pode ser o Nélio... Você tem interesse lá, Nélio? Todo vereador aqui tem interesse nesse projeto, todo. Todo vereador tem interesse porque ele diz respeito à cidade. Agora, denegrir de uma forma desleal os outros vereadores, aí eu não concordo. O Senhor falou assim: ‘olha, eu sei que tem gente aqui que tem interesse’. Então, fala quem que é”. O Senhor Presidente: “e tem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então fala quem que é”. O Senhor Presidente: “o senhor vai me obrigar a falar? Eu não vou falar”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu não vou falar, me obriga a falar, me obriga, me obriga a falar”. O vereador Flávio de Almeida: “por favor”. O Senhor Presidente: “me obriga a falar, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “tem interesse sim”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “tem, garanto”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “e no futuro



falarei”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, por favor”. O Senhor Presidente: “falarei. Questão de ordem, vereador Flávio. Falarei sim, falarei”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu...”. O Senhor Presidente: “eu falarei”. O vereador Flávio de Almeida: “eu acredito que depois de todas as colocações...”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio à plateia, o vereador Flávio está com a palavra”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para a gente acalmar os ânimos, eu acho que depois de tudo que a vereadora colocou, que os vereadores colocaram, eu acho que agora já é hora de a gente passar... Ler outro projeto, para a gente seguir a reunião da Câmara, por gentileza. Só estou pedindo para o Senhor ler o outro projeto para a gente seguir a reunião. Eu acho que já deu já, por favor”. O Senhor Presidente: “obrigado, vereador”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.600/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Acrescenta os parágrafos 5, 6 e 7 ao artigo 159 e o parágrafo 4 ao artigo 163 da Lei 2.189/2010”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. No final da leitura do Parecer, o Senhor Secretário falou: “a data, com certeza, está errada. Bom, a data que está grafada aqui está errada”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é porque a data realmente está errada, mas aí depois corrige a data, só para não parar os andamentos, não é?”. O Senhor Presidente: “eu pediria licença ao Plenário para pedir ao Secretário aqui para ler um abaixo-assinado referente aos acontecimentos aqui na Avenida Henrique Otero, na qual eu sou morador. Pediria que lesse o abaixo-assinado, sessenta e poucos pais de família assinaram esse abaixo-assinado. Eu venho lutando há anos e



anos pelo sossego dos moradores da Avenida Henrique Otero, Vila Operária, Volta Redonda, aquela calamidade ali, principalmente fim de semana e feriado. Eu pediria...”.

O Senhor Secretário proferiu leitura: “Gabinete da Presidência, Vereador José Guedes. Ofício 525/16. Nova Lima, 25 de outubro de 2016. Excelentíssimo Senhor Vítor Penido de Barros, Digníssimo Prefeito Municipal de Nova Lima. Ref. Abaixo-assinado.

Prezado prefeito, Encaminho à Vossa Excelência abaixo-assinado realizado por moradores dos bairros Volta Redonda e Vila Operária. Certo de poder contar com seu apoio e compreensão, antecipam os agradecimentos. Atenciosamente, José Guedes. Presidente da Câmara Municipal. Abaixo-assinado. Ao Exmo. Sr. Prefeito Vítor Penido.

Os moradores da Avenida Henrique Otero, Rua Brumadinho, Rua Pedro Matias Horta, Rua Maestro Vilela, parte da Rua José Nery, Volta Redonda e região da Vila Operária vêm através desta solicitar que o Código de Posturas e a Lei do Silêncio sejam cumpridos em nossa cidade. Os moradores desta região estão completamente apavorados com os fatos que vêm acontecendo, causados pelo funcionamento de dois bares e uma academia na Av. Henrique Otero, ambientes causadores de enormes transtornos a todos os moradores que são, em sua maioria, pessoas idosas, acamadas e trabalhadoras e que são prejudicadas pelo som alto da academia e por bandas que se apresentam ao ar livre aos finais de semana nos bares, sem nenhum tipo de acústica. Esperamos que o prefeito determine urgentemente a proibição dos sons nesses locais e proíba também a colocação de mesas e cadeiras nas calçadas e na Avenida Henrique Otero, interrompendo o trânsito. A qualquer momento poderá acontecer uma tragédia, se por ventura um automóvel perder o freio. Obs.: Há algum tempo atrás, este tipo de



perturbação acontecia na ‘Savassinha’, mas através dos moradores daquela região, a Prefeitura e a Câmara Municipal proibiram este tipo de evento, sendo assim, simplesmente mudaram de local, mudaram para os bairros Volta Redonda e Vila Operária, que são bairros residenciais. No local ainda ocorrem os seguintes fatos: brigas e tiros; som alto, o que é proibido pelo Código de Posturas e Lei do Silêncio; cadeiras nas ruas; pessoas urinando na rua; drogas, palavrões e sexo na rua; venda de bebidas alcoólicas a menores de idade; moto ‘empinando’ e com barulhos estridentes; carro com som alto; quando termina a apresentação é a maior bagunça na avenida. É um verdadeiro inferno aos finais de semana e feriados. Nós, moradores, temos a certeza absoluta que a prefeitura não liberou alvará para estas atividades”. Aí tem os nomes das pessoas. É isso mesmo?”. O Senhor Presidente: “agradecer pela leitura”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu... Um momento. Eu gostaria de dizer que o verdadeiro inferno em Nova Lima passou para a Avenida Henrique Otero. Cansei de ir à prefeitura, com o ex-prefeito, pedindo a ele que intercedesse em prol de um bairro de idosos, pessoas de noventa anos, cem anos, oitenta anos, trabalhadores. Então, a maior calamidade era na Savassinha, passou para a avenida. Espero e peço encarecidamente, Dr. Juarez, que eu tenho certeza que fará um grande trabalho e pedir ao Vítor que intercedesse. Dois bares causando transtornos para milhares de pessoas? Digo milhares porque é toda Nova Lima, o movimento aqui é violento. Eles dão agora até tiro, cocaína, urinando nas portas das famílias. Então, eu espero que... E outras coisas que não vou relatar aqui. E espero que o prefeito, pelo amor de Deus, e Dr. Juarez, intercedam em prol de nós, moradores dali, que eu sou



residente ali. Vai acabar ali causando mortes. Nós temos policiais que residem ali, vão, conversam, cada dia pior. Então, só pela Lei do Silêncio, que usem essa lei. Duvido que esses dois bares tenham o alvará para praticar o que eles praticam. Então, eu espero que Dr. Juarez... Vou entregá-lo amanhã e pedir a ele, encarecidamente, que interceda para o povo dessa região e o povo de Nova Lima que transitam ali. Às vezes, tem que mudar para passar para outra rua, porque a rua está interditada com cadeira. Então, eu estou aqui como morador e como vereador e espero que eu seja atendido aí, e nós moradores sejamos atendidos sobre esse abaixo-assinado. Obrigado. O senhor pediu a palavra?”. O vereador Fausto Niquini: “é questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “segunda parte...”. O vereador Fausto Niquini: “eu gostaria de fazer um lembrete de grande relevância e que trata diretamente da saúde pública. Não é de hoje que denuncio aqui nesse Plenário o descaso do Poder Executivo Municipal, num passado recente, com a causa animal e os protetores da nossa cidade. Hoje, além de divulgar, gostaria de elogiar o novo governo pela ação da castração móvel que ocorrerá em nossa cidade entre os dias vinte e um de novembro a dois de dezembro e que contará com castra móvel, três veterinários, equipamentos e medicamentos. A equipe trabalhará por dez dias, aqui na nossa cidade e priorizará os animais de rua, semidomiciliados e que vivem com famílias em vulnerabilidade social. A expectativa é que se castrem entre quarenta e cinquenta cães e gatos por dia, totalizando cerca de quinhentos animais atendidos. A ação é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima, o Deputado Estadual Noraldino Júnior e as ONG’s Do bem Pet, Cães do Jardim e dos Bichos. O trabalho será realizado sem custo



para os proprietários dos animais. Mais informações, ligar no telefone: 3541-4427, repetindo: 3541-4427, no setor de Vigilância da Saúde. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, tem um projeto para votar ainda aí, não é?”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso, vamos cumprir a pauta porque...”. O Senhor Presidente: “segunda parte: discussão e votação de projetos. Consulto o Plenário autorização para que seja feita por votação aberta e nominal do Veto Parcial, notadamente ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 1.595/2016, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o Senhor pediu o que, Presidente?”. O vereador Flávio de Almeida: “aberta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “votação aberta, não é?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “aqui está falando escrutínio secreto, uai”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é. Não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “aqui está falando secreto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é”. O Senhor Presidente: “eu estou pedindo para ser em aberto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem a lei”. O vereador Flávio de Almeida: “alguém pediu para ser aberta”. O Senhor Presidente: “autorização do Plenário para que seja votação nominal e aberta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “isto deveria ter sido uma solicitação minha, que o projeto é meu, mas eu respeito o Senhor ter pedido. Eu ia pedir isso mesmo porque eu acho que... Eu já conversei com o prefeito, o prefeito me chamou lá para justificar para mim porque ele estava vetando parcialmente o projeto no seu



artigo 2º e eu concordei com ele, não é? Então, pode fazer aberto, sem problema nenhum, não precisa nem de ser nominal, pode perguntar geral, porque isso já está concordado com o prefeito. Agora, em se tratando de um projeto meu, eu vou me abster da votação, apesar de eu ter concordado com o prefeito, que ele foi correto no momento que ele me chamou lá para falar que estava vetando o meu projeto, parte do meu projeto, só o artigo segundo. Mas não há necessidade nem de ser votação nominal, já está, inclusive, discutido isso com o prefeito e eu concordei com ele. Mas, como autora do projeto, eu acho que eu posso me abster da votação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “me dá um aparte, vereadora?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “sim, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é evidente que a Sua Excelência concorda, mas o rito tem que seguir porque a gente tem que votar. Isso não tem jeito, senão a gente não estava aqui”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, tem que votar. Eu estou falando que pode votar, não precisa de ser nominal...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “claro, eu estou entendendo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “chamar cada vereador...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é, isso aí. O Presidente vai perguntar nominal a cada vereador...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ou melhor, já está acordado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “voto contra o veto ao artigo segundo, acabou”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “isso, isso mesmo”. O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação aberta e nominal o Veto Parcial, notadamente ao artigo 2º do Projeto de Lei 1.595/2016, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dispõe sobre a criação do Programa de Recuperação e Preservação da Permeabilidade do Solo no



âmbito do Município de Nova Lima e contém outras providências”. Os vereadores que concordam quanto ao Veto permaneçam como estão”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, não vai ser nominal mais. Mudou?”. O Senhor Presidente: “ela falou que não quer, uai”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu sei, mas é porque consultou o Plenário”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu concordo com o veto, permaneçam como estão, só quero justificar depois”. O Senhor Presidente: “eu... A Dra. me disse que, conversando com a vereadora Ângela, que ela concordou que fosse aberto, hoje ou ontem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu sei, Senhor Presidente, mas ela está se abstendo, por isso”. O Senhor Presidente: “sim. Eu vou colocar em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão, com a abstenção da vereadora Ângela Lima”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só quero justificar”. O Senhor Presidente: “justificativa de voto, Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “para ficar bem claro, só para a Sua Excelência, vereadora. Eu estou votando com o prefeito o Veto do artigo 2º da Lei 1.595/2016. Está certo assim?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “certo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “já está justificado”. O Senhor Presidente: “encaminho ao Executivo o ofício comunicando o resultado do Veto”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador... Nove votos e uma abstenção, eu já falei. Com a palavra o vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “eu gostaria de aproveitar o ensejo, além de cumprimentar o público presente, queria cumprimentar também o nosso vereador eleito ali, o Kim, Kim do Gás. Um forte abraço para você e seja muito bem-vindo, viu, Kim?”. O Senhor Presidente: “terceira parte: discussão e



votação de indicações, moções e requerimentos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “primeiro requerimento...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “boa noite, público presente. Boa noite, vereador eleito, Kim do Gás. Boa noite, ex-vereador Antônio Cosme, Toninho do Cruzeiro, pessoal do movimento LB que está aqui, MLB. Senhor Presidente, tem um pessoal aqui na plateia que já está há mais de quatro horas aguardando as reuniões. Queria pedir Vossa Excelência se posso fazer um requerimento verbal porque o pessoal tem que trabalhar amanhã e está aqui nos aguardando há muito tempo. Se o Senhor me concedesse esse requerimento verbal, por favor. Só porque vai entrar uma discussão, não é? Eu sei que vai ter uma discussão”. O Senhor Presidente: “a solicitação do senhor é que colocasse o requerimento do senhor na frente, é isso?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso, verbal”. O Senhor Presidente: “eu consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Alessandro Bonifácio para que o requerimento verbal fosse executado, lido. Lido não, falado, expressado pelo vereador. Os vereadores que concordam com a solicitação do vereador permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o meu requerimento verbal é uma audiência pública sobre o loteamento do Bairro Santa Rita, o pessoal está sendo... Para debater sobre os despejos que estão sendo realizados lá, para saber da onde que é o loteamento, se é da Anglo Gold, se é da prefeitura. E essa audiência pública é para nós marcarmos uma conversa com a Anglo Gold, a prefeitura e o Poder Judiciário, para tomar nossas decisões, que são mais de cem famílias. E,



infelizmente, se for da Anglo Gold ou se for da prefeitura, porque que deixa construir para depois o despejo? Então, estou reeleito, sei... Muita gente pode falar: ‘você, Coxinha, você é a favor de invasão’. Eu não sou a favor de invasão não, eu só sou a favor da justiça, porque que deixa construir, porque que deixa comprar, porque que deixa gastar material de construção, uma crise que o Brasil está vivendo e Nova Lima, e agora quer o despejo. Então, quero pedir meus nobres parceiros a compreensão. Acho que nós temos que lutar pelo povo de Nova Lima, nós fomos eleitos é para brigar para o povo de Nova Lima. Errado ou certo, a justiça é que vai ver quem está errado ou certo. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Alessandro Bonifácio. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Próximo requerimento”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente. Obrigado aos vereadores. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, Alessandro Bonifácio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem muito requerimento aí, Presidente?”. O Senhor Presidente: “uns oito”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “oito? Eu vou ter que esperar, que eu ia fazer um verbal. Está bom, obrigado”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto aos órgãos competentes, que faça a construção de uma escola a nível municipal que funcione em tempo integral no Bairro Água Limpa. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Presidente. Na época que o falecido ‘Meio Quilo’ foi vereador nesta Casa, ele fez uma fala interessante: ‘eu vou chegar aqui dia primeiro de janeiro e vou requerer que asfalto



todas as ruas sem asfalto dessa cidade, coloque esgoto em todas as casas porque aí terminaria com esses requerimentos'. Porque alguns deles, sinceramente, com todo respeito ao nobre colega, são requerimentos hipócritas porque isso é promessa de campanha do prefeito eleito, em palanque, no Água Limpa. Certo? Então, eu vou me abster do voto porque o prefeito me disse que ele prometeu que ele vai cumprir porque ele entende a necessidade. E ele estava no palanque com o nobre vereador quando ele fez essa promessa. Então, fica aqui colocando umas coisas para votar, apenas para fazer a gente de bobo, isso aí... Eu vou me abster do voto porque eu estive com o prefeito, palavras dele, ratifico minha fala: 'vou fazer uma escola no Água Limpa porque é impossível um bairro que tem mais de trezentos alunos não ter uma escola'. Fala do prefeito eleito. Muito obrigado". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "continua em discussão o requerimento, com a palavra o vereador autor, Alessandro Bonifácio". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "senhor vereador Gilson, eu concordo com o senhor, o senhor está certo, mas o dever do vereador é isso aqui, é legislar e fiscalizar. Ele falou no palanque, proposta de governo, e o vereador é para fazer lei que possa beneficiar o povo nova-limense. Então, se ele falou, eu não estava lá no Água Limpa, eu não estava lá, eu não sei. Eu apenas estou caminhando no Água Limpa e os moradores estão me pedindo uma escola em tempo integral por causa da dificuldade do transporte lá que é muito difícil, as crianças... Então, eu estou fazendo o meu papel de vereador, fazendo o requerimento. Mas o senhor está certo, é a opinião do senhor, de Vossa Excelência, mas é porque eu não sabia disso, eu estou aqui apenas fazendo o meu dever de vereador". O vereador



Gilson Antônio Marques: “eu fui citado, eu vou responder. O senhor sabia sim, infelizmente, o senhor sabia sim porque o dia que ele me contou, o senhor estava até presente, o senhor pode até não estar lembrando, primeiro ponto. Segundo ponto, não é a primeira vez que o senhor faz isso. Quando lançou a farmácia do Bairro Cruzeiro, não é? O senhor foi na inauguração da farmácia e trouxe um requerimento para cá depois da farmácia inaugurada. Eu chamei o senhor ali no fundo e falei assim: ‘oh, o senhor vai tirar esse requerimento, senão eu vou fazer um discurso aqui dentro’. Aí o senhor até tirou o requerimento. Então, nós temos que parar com esse negócio de fazer lobby, a gente tem que fazer um trabalho sério. E quando o senhor fala projeto, aí sim, elabore um projeto, traga aqui e aprove. Um requerimento em cima da fala do prefeito é uma covardia com os demais colegiados desta Casa. Muito obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é o difícil...”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o difícil é que semana passada eu entrei com o projeto do mutirão da limpeza, Vossa Excelência se absteve de novo. E eu, enquanto estiver com os projetos... Não estou citando nome agora. Enquanto eu estiver com os projetos e do plano de governo, a obrigação do vereador é fazer, é entrar com os projetos e requerimentos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mutirão da limpeza”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o mutirão da limpeza, senhor vereador, fui eu, Gilson Marques, na qualidade de Secretário de Obras, que acabei com ele. Ele existia quando eu assumi a Secretaria, ele era da gestão da Secretaria e eu



acabei com ele, e expliquei aqui: por roubo, por desonestidade de alguns presidentes de associação, não todos, toda regra tem exceção. Muitas delas, na ocasião, tinham que colocar dez pessoas para trabalhar, colocavam quatro e recebiam o dinheiro de dez. Então, eu que acabei com o mutirão e, na ocasião, contratei, através da limpeza urbana, noventa servidores com carteira assinada, dando direitos garantidos à família novalimense. Agora, se o prefeito entende que ele tem que voltar, quem ganhou a eleição para prefeito é ele, não sou eu. Eu respeito a opinião dele. Eu fiz a minha parte quando tive autonomia para fazer. Se tivesse, faria de novo. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que, sobre a limpeza, o mutirão, eu estou muito por dentro do assunto, realmente, o que acabou com o mutirão foi a desonestidade. Hoje, a prefeitura... Eu sou favorável ao mutirão de limpeza, mas a prefeitura tem que fiscalizar, que é muito picareta que entra, participa de eleição de associação de bairro pelo interesse do mutirão. Pessoas que nem sonhavam ser candidatos à presidência de associação, agora estão brigando para ser porque o mutirão vai voltar. Eu acho que o mutirão é uma coisa muito boa, mas a prefeitura tem que fiscalizar porque botar... Receber dez e colocar três, quatro para trabalhar e comer o dinheiro do nosso município é de entristecer. A prefeitura não tem condições hoje, a prefeitura está quebrada. Então, eu acho que é um recurso que vai ajudar algumas pessoas financeiramente e que vai ajudar a prefeitura também e é uma boa coisa. Continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “senhor?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu queria só fazer um complemento na fala do Senhor”. O



Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “quando a gente fala dessa forma, é realmente um pouco agressivo. Eu queria enfatizar, vereador Alessandro, quero até citar o nome do senhor, que quando eu faço esse... Eu não tenho nada contra a pessoa do senhor não, muito pelo contrário, o senhor sabe bem do nosso relacionamento. Eu tenho contra algumas opiniões, tipo essa, por exemplo. E queria deixar uma ênfase aqui, o Bolsa Família, por exemplo, ele é um projeto ruim? Alguém aqui acha que ele é um projeto ruim para a nação? Não. Mas ele é um projeto pecador, ele é pecador porque ele não sofre fiscalização devida, não sofre. Há muito tempo eu venho dizendo isso aqui. Eu conheço gente dentro da minha família, dentro da minha família, que recebe Bolsa Família com vinte e três anos de idade e ainda é traficante de drogas, e o governo não fiscaliza. E eu já fiz essa denúncia aqui, e o governo não fiscaliza. Então, quer dizer, é um projeto bom, um projeto rico, um projeto necessário, mas pobre de fiscalização. Assim foi o mutirão da limpeza quando eu assumi a Secretaria, um projeto rico que tinha uma ideia de contemplar as famílias carentes da cidade, mas ele contemplava os apadrinhados dos presidentes das associações, nem todos, eu disse aqui, nem todos, os ‘mau caráter’. Certo? E ainda com o desmazelo de colocar quatro e receber dez. Sabe? Eu falo e sustento porque eu não sou homem de meias palavras não. Então, é por isso que eu sou contra. Eu não sou contra um projeto do senhor, eu sou contra a modalidade porque ela não vai ser fiscalizada outra vez, eu tenho absoluta certeza disso. Todo governo que chega, chega cheio de tititi: ‘quero trocar isso, quero trocar aquilo, quero fazer assim, quero fazer assado’. Daí seis meses vira tudo baderna. Quando fui Secretário, eu tenho orgulho de



dizer que a Secretaria de Obras foi a Secretaria mais limpa do município. Também já disse isso aqui em outras vezes, o senhor é testemunha disso. Era mais limpa do que uma folha dessa limpa dos dois lados. Virei as costas, olha que zona que virou lá de novo, não tem material, não tem acompanhamento, não tem... O servidor é culpado? Gestão é culpada, gestão, gestão ruim, fiscalização precária, fiscalização ruim. É isso que precisa acontecer. Então, é por isso que eu sou contra esse tipo de projeto, um projeto que ele implanta com... É tipo uma ONG. O que é uma ONG? Uma ONG é olho do governo, são os olhos do governo para fundo perdido. Aí eu vou lá, falo: “Temer, eu tenho em Nova Lima uma necessidade de tirar aquele povo que está na praça ali”. Monto uma ONG, ele me dá um milhão de reais para tirar, aí eu ponho minha filha para ser a gerente, a outra filha para ser a tesoureira, o outro filho para ser o sacristão e o cara fica lá na praça debaixo do banco, ele sai de cima e desce para debaixo. Isso é uma ONG, uma ONG mal fiscalizada, mal trabalhada, mal gerida. Nós temos exemplos aqui, nós temos ONG aqui dentro que recebe subvenção para tratar das pessoas que fazem uso de droga e que vendem droga dentro dela. E você denuncia, denuncia, denuncia, o que efeito? Então, o melhor caminho que tem a fazer é cortar o mal pela raiz, é não dar esse tipo de subvenção, é não dar esse tipo de coisa porque aí não tem outro recurso, monta uma estrutura dentro do governo e zele. Uma empresa deve ser zelada, por isso o mutirão foi passado para a empresa de limpeza urbana porque lá tem ponto para bater, tem hora para entrar, tem hora para sair. O que aconteceu que a limpeza ficou ruim? Demitiu, o ex-prefeito demitiu cento e setenta servidores da limpeza pública, cento e setenta servidores, com um crescimento de mais de vinte por cento da nossa cidade.



Então, não tem sujeira que resista, vai aumentar cada dia mais. O que precisa, na minha opinião, e digo, quem ganhou a prefeitura não sou eu, mas eu digo na minha opinião, o que precisa é reestabelecer a limpeza pública, é contratar as pessoas porque o salário deles são os menores da cidade e, na minha concepção, um dos melhores serviços da cidade, um dos mais importantes porque é humilhante, as pessoas têm... O cidadão passa chupando um picolé, você está varrendo a rua, está com o carrinho ali, ele não tem o zelo de jogar o picolé no carrinho, o respeito, ele joga na frente da vassoura, como diz: ‘estou pagando’. Então, é uma profissão humilhada vinte e quatro horas por dia na rua e recebe setecentos reais por mês e ainda são demitidos. Então, fica difícil. Muito obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “para encerrar, eu quero dizer que essa semana o governo agiu cortando dos picaretas cento e cinquenta mil Bolsas Família. Em Nova Lima tem que ser fiscalizado, que tem muito picareta aí que não necessita e, realmente, recebe. O senhor, Flávio de Almeida, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, é sobre a fala de hoje aqui. Eu também ouvi que vai construída a escola lá, mas eu... A gente vai vivendo, a gente vai aprendendo a ter respeito com os outros, não é? Eu acho que o culpado de tudo isso que ocorre, de tudo, tudo nesse país começa com o eleitor, quando ele vota, quando ele bate o dedinho e faz as suas escolhas. Veja bem, quantas vezes que a gente vê, não só nesta Casa, como em outras Câmaras, não é? A gente vê que o cidadão carece de um projeto, e o projeto sai de onde? Do Legislativo. Aí quando faz as escolhas, você escolhe, você opta pela incapacidade ao invés da capacidade, você opta pela inteligência ou a burrice, e vai por aí afora, isso não é aqui não. Semana retrasada



eu vi que um mesmo repórter bateu palmas para o Temer e essa semana ele pediu desculpa para o povo, quando viu o cartãozinho de gastos do Temer com a esposa. Aí você vai vendo que país é esse. Então, hoje mesmo nesta Casa aqui, eu vi que em alguns momentos o povo precisava de um projeto, um projeto do vereador, um projeto juntamente com o Executivo, mas que saísse dessa Casa, aí a gente não vê. Às vezes, você vê esse povo voltando para casa com aquela alegria de: 'está resolvida a minha vida, está resolvido o meu problema'. E não está, está só começando. Por que? Porque boa parte dos nossos políticos não estão preparados para legislar, que dirá cuidar das suas casas. Mas a escolha do povo é a escolha do povo, a gente não a discute. Então, a gente vê todos os dias. Eu prestei muita atenção na fala do vereador Gilson, prestei atenção no requerimento do vereador, eu vejo a questão da sobrevivência. O vereador pediu voto naquela região, então o Vítor oferece uma escola, ele entrou com um requerimento, fazendo aquilo que ele acredita que é o certo, que é o correto, ele acredita nisso. É um direito dele que é vereador reeleito pelo povo, é direito. Eu estou numa situação aqui, eu sei que o Vítor prometeu a construção da escola. Veja bem: se eu voto contra o requerimento do vereador, eu vou sofrer duramente porque eu votei contra um requerimento de uma escola, mesmo sabendo que vai ser construída. E esse Brasil não para por aí não, é um erro atrás de outro erro. Então, eu acho o seguinte, eu acho que enquanto o povo não se conscientizar do que é o Legislativo, do poder que esta Casa tem, isso não vai mudar não, vai continuar assim. Nós vamos ver os mutirões, viu, vereador Gilson? Sendo construídos, nós vamos ver os mesmos erros. Por quê? Porque a incapacidade não para só no dedo do próprio eleitor, para na própria Casa, na



própria... Nas Câmaras, nas Assembleias e vai por aí afora, é um erro atrás de outro erro”. O vereador Gilson Antônio Marques: “um aparte, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “concedo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o senhor está coberto de razão. Eu vou deixar dois exemplos aqui. Por exemplo: eu não posso deixar de externar a minha opinião, eu fui bem claro ao vereador, não tenho nada contra ele, nem ao projeto dele, às ideias, eu não concordo com essa ideia porque eu vi, eu estava presente quando o prefeito disse: ‘eu vou fazer a escola’. Ponto. Então, é um requerimento desnecessário, é um requerimento oportunista. Ponto. Primeiro ponto, isso é minha concepção, tá? Segundo ponto, veja bem isso que aconteceu aqui agora, o pedido da audiência pública, eu conversei com ele lá na sala antes. Eu não quis manifestar aqui porque eu vou ter a audiência pública para manifestar, eu espero estar aqui até no dia da audiência pública, vou poder me manifestar. Essas pessoas me procuraram aqui, eu e a vereadora Ângela Lima, na qualidade de membros da Comissão de Direitos Humanos. Fizeram as reclamações, a polícia está derrubando barraco, não sei o que lá, tal, tal, tal, tal. Bom, qual que é o nosso papel? Entender porque que a polícia está agindo. Onde a gente vai achar o respaldo da polícia? Na Constituição Federal. Certo? A Constituição Federal é muito clara, ela diz que a única... O único parágrafo que a polícia militar pode usar força física é na proteção do seu patrimônio público. Está lá na Constituição Federal, não sou eu que estou dizendo. Ponto. Então, quando... Aí, o que nós temos que fazer na qualidade de Comissão? Solicitar da empresa que está usando a força policial, porque a polícia não vai lá sozinha, ela foi lá chamada, o documento do terreno. Se ela não tem o documento do terreno, não pode a polícia... Ela não pode chamar a polícia,



ela não pode usar a força policial, a área não é dela. Se ela apresenta o documento do terreno, ela é dona e a polícia está agindo no legítimo direito para a defesa do patrimônio público de quem chamou, a Anglo Gold. Se ela é dona. Concordam comigo? Bom, ela apresentou as escrituras registradas em cartório. Agora, é papel da Comissão verificar se o documento que ela entregou é verídico ou não? Não. Então, dá-se por encerrado, ela é dona até que provem o contrário. Quem que tem que provar que ela não é dona? A justiça tem que contestar a certidão de propriedade dela e nós fizemos o relatório, encaminhamos uma cópia aos requerentes, ao Ministério Público. Se tiver dúvida da documentação, eles têm que apurar e tomar a decisão. Então, quer dizer, é uma briga que não tem como você entrar nela pela metade, sabe? É um requerimento que a audiência pública vai discutir, vai discutir, mas se eles trouxerem aqui, de novo, como trouxe à Comissão de Direitos Humanos, está aí na Casa, o documento oficial, registrado em cartório, que são donos, eles são os donos. Aí, no nosso entendimento e aí, como o jurídico da Comissão e eu mais a vereadora Ângela, nós entendemos que... Por isso demos uma cópia a eles e a outra ao Ministério Público, se houver dúvida na veracidade do documento que ele apresentou, eles têm que acionar na justiça e não a Comissão, não a Casa, não a Casa. Para além disso, entra o poder público. Se você quiser comprar um lote, hoje, por seiscentos mil reais, você vai lá no Alphaville que tem. Se você quiser comprar um lote, hoje, por trezentos, quatrocentos mil reais, na Vila do Ouro tem, todo lugar tem. Mas aonde tem um lote para vender, que quem ganha um salário mínimo aguenta pagar? O município deve isso à população, é uma dívida do município. E não é falta de requerimento. Tem um projeto de minha autoria nesta Casa,



projeto, e aí não é requerimento, vereador, é projeto, que pede... E aprovado por todos vocês, se não me engano, por unanimidade, que pede ao Poder Executivo que regulamente todos os loteamentos irregulares dessa cidade, para que o cidadão tenha condições dignas de morar e para que o município receba o que lhe é de direito para cuidar do cidadão. Está lá, não foi tomada providência, foi aprovado, sancionado e engavetado. Aí tem um requerimento da minha autoria que o município entre em contato com a Anglo Gold e com a Vale do Rio Doce que se intitulam, e aí eu estou dizendo que se intitulam, vereador, como proprietárias de tudo quanto é terreno que é vazio na nossa cidade, eles falam que é deles, quando não é da Anglo, é da Vale, ou estou falando bobagem aqui? Que eles cedam ao município, ainda que em medida compensatória, parte desse terreno, para que o município loteie ordenadamente, com água, com esgoto, com infraestrutura completa e que venda esse lote a essas pessoas, para que elas possam pagar cinquenta reais, sessenta reais por mês, de acordo com a renda per capita de cada família. Há um requerimento pronto dessa natureza. Agora, é o que o vereador José Guedes fala, o Presidente fala, tudo que você faz nesta Casa, o vereador André também fala muito isso, chega lá em cima, vira papel, bolinha de Natal. Aí fica difícil, não é? Aí fica difícil, mas é isso que acontece. Tem lá, tem o projeto e tem o requerimento. Muito obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu terminar”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “você me dá um aparte, vereador Flávio?”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio vai terminar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, deixa o vereador Flávio terminar e vamos votar o requerimento, senão ninguém aguenta não. O vereador vai concluir,



vamos votar, uai”. O Senhor Presidente: “nós temos oito requerimentos para serem votados hoje na Casa. Com a palavra, o vereador Flávio de Almeida, seja breve”. O vereador Flávio de Almeida: “deixa eu dar dez segundos para o vereador porque eu concedi para o Gilson. É até...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Flávio, eu só quero parabenizar a sua fala, você está certo. É em cima de sua fala, é que o povo me reelegeu. Por quê? Eu tive seis votos no Água Limpa e lá são duas mil famílias. E eu, dentro das demandas que os moradores me pediram, disseram que iam votar em mim... Você está de parabéns na sua fala, eu tive seis votos e eles me pediram muito uma escola em tempo integral lá, uma escola por causa dos meninos sofrendo e eu estou apenas fazendo a minha parte como legislador e legislador, pedindo a escola, mas eu tive seis votos lá. Eu podia, muito bem, eu tive oitocentos votos no Cruzeiro e Barra do Céu, eu podia muito bem fazer só para o Cruzeiro e Barra do Céu, mas como eu fui eleito pelo povo todo de Nova Lima, eu tive votos em todas as urnas, é o que você falou aí. Vereador... É o eleitor que tem hora... Tive seis votos e estou pedindo a escola lá”. O vereador Flávio de Almeida: “mas eu não estou... Sabe, vereador? Eu não estou dizendo só sobre isso não, que a escola, segundo o prefeito que o senhor apoiou...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o senhor entendeu a minha fala, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “ele falou que vai fazer, não é? Quem sou eu, do Partido dos Trabalhadores, para estar discutindo, não é? Discutindo com os senhores, que hoje têm um prefeito, não é? Só sou um vereador que...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “mas o senhor entendeu, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “eu entendi. Eu vou só



terminar, Senhor Presidente. Só para o Senhor entender...”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “o meu raciocínio. Quando eu digo que a Casa peca. Veja bem, hoje, o caminho correto era uma CPI das terras, é a única forma que você consegue provar que a empresa não é dona. Porque nós fizemos um requerimento, o Senhor lembra a resposta do cartório qual foi? Que existem erros. Qual que é o erro? Não existe uma certidão de origem. O vereador Nélio mexe com isso todo dia, ele sabe disso. Nós não conseguimos fazer uma escritura se não tiver... Não é isso, vereador? Uma certidão de origem. Mas o pessoal que chegou em mil oitocentos e alguma coisa consegue isso. Então, no fundo, eles não são donos de terra nenhuma, só que a Casa também... A Casa não faz a parte dela. Então, deveria hoje ter tido uma CPI das terras, está certo? E deveria fazer o que nós fizemos lá em Água Limpa, que a Casa fez, não foi? A Casa fez em Água Limpa. Se alguns não perceberam, vocês fizeram, vocês votaram. Sem vocês... Se todo mundo percebeu, não tem como o pessoal mexer em Água Limpa, é com um simples projeto. Quando eu falo, gente, eu falo de entender a Casa, entender o poder que este povo dá ao vereador, é isso, é fazer um projeto, é montar uma CPI, é provar que quando a justiça pede os documentos, ela tem que pedir todos os documentos, é isso, é realmente... É o papel de ser vereador, é o papel de falar assim: ‘eu sou autoridade em Nova Lima porque o povo me concedeu isso’. É isso. É de olhar para juiz, para promotora e olhar de frente, igual nós estamos olhando aqui agora um para o outro, dizer: ‘não, falta isso aqui, o povo está sendo prejudicado, mas falta isso’. É só isso que estou falando, mas não é para o senhor não, vereador. Eu estou falando para a Casa toda, viu? Estou falando para que nós possamos, cada dia mais, nos



aperfeiçoar e aprender, não é? Não é o senhor não, é toda a Casa, é aonde a gente vai, em todas as Câmaras, os erros são os mesmos. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento do vereador Alessandro Bonifácio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo requerimento...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu estou me abstendo. Oito votos e uma abstenção”. O Senhor Presidente: “oito votos, uma abstenção do vereador Gilson Marques. Desculpa”. O vereador Gilson Antônio Marques: “a justificativa da abstenção eu já dei aqui, nada contra o projeto do vereador, é porque o prefeito fez essa promessa, então não há necessidade do requerimento, já está pronta a promessa”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Alessandro Bonifácio”. 2) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto aos órgãos competentes, que organize um espaço para fazer um parquinho de diversão para as crianças da nossa cidade. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto aos órgãos competentes, a presença da Guarda Municipal no horário de pico na rodovia. Observação: Rodovia MG030, preferencialmente nas saídas do Bairro José de Almeida para o Bairro Vila Industrial e outros. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Sim, eu tenho uma fala... Eu tenho um requerimento que diz respeito, especificamente, lá a essa mesma região, a gente estava trabalhando com o pessoal lá do José de Almeida, eu marquei uma reunião no gabinete do prefeito, onde a comunidade esteve presente e os dirigentes dessa comunidade pediram que não queriam ali um movimento político. Não entendi direito por que, mas pediram que não queriam um movimento



político. Foram no gabinete do prefeito e o prefeito, no dia da reunião, ligou para os vereadores, eu acredito que em respeito à Câmara Municipal, e convidou os vereadores que quisessem ir. Eu tenho um requerimento aí que ele tem o pedido que a comunidade fez. Eu respeito o vereador Alessandro Luiz Bonifácio, com relação à Guarda Municipal, mas nós temos aqui que convir que se a prefeitura de Nova Lima for colocar Guarda Municipal em todos os lugares que forem perigosos na Rodovia MG030, nós vamos ter que ter perto do BH aqui, perto do Cruzeiro, nós vamos ter que ter lá no lugar que o Senhor tanto pede que faça a passarela, perto do Polivalente. Eu acho que é dispendioso e inadequado. De qualquer maneira, como é um benefício para a comunidade, eu vou votar a favor, levando em consideração que vou fazer um outro requerimento pedindo as coisas que, de fato, a comunidade colocou no papel e solicitou para a gente. Eu sei que a vereadora também...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tem um trabalho lá”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “você me concede um aparte, vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, perfeito, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “inclusive, eu já entrei em contato com o DER e eles me responderam, eu tenho um contato muito bom no DER, eles me responderam o seguinte: que a comunidade está na dúvida, tem uma parte que quer passagem elevatória, mais elevada, e tem outra parte que quer que liga o radar. Então, está dividida a comunidade. Então, a comunidade tem que decidir o que ela quer, se ela quer de um modo geral isso, porque a passarela, para construir a passarela vai precisar de fazer... Como que fala? Desapropriação, desapropriação, porque senão não tem condição de construir a passarela, não é? E uma



das nossas solicitações é que aquela passarela que foi lá para cima, se não pudesse ficar aqui nos Cristais, no Bairro dos Cristais, que é uma necessidade muito grande, que fosse lá para o José de Almeida que realmente precisa, não é? Então, eu concordo com o senhor, não vai adiantar esse negócio de colocar Guarda Municipal, primeiro porque eles não vão ficar lá todo dia fazendo isso, não vão ficar, não vão ficar lá fazendo isso todo dia, não é isso? Então, nós temos que tomar providências que realmente vão resolver o problema deles, produtivas, produtivas, não é paliativo não, paliativo eles já estão cansados de coisas paliativas. O senhor sabe, que o senhor esteve lá também, não é? E a gente conhece bem aquela região. E o prefeito se comprometeu de ir no DER, não é isso? De poder...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está marcado para o dia dezessete a visita ao DER”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não é isso? Então, assim, eu tenho uma relação muito boa lá no DER e tudo, com uma pessoa que eu converso já diretamente, inclusive, muitas das conquistas nossas na MG030 foram através do DER, através dessa pessoa. Eu acho que é isso que a gente tem que fazer, é isso que a gente precisa fazer, não é? Então, eu acho que quando o senhor fala que o povo não quer movimento político, é o que o vereador Gilson falou, é de a gente ficar aqui fazendo palanque de coisas que o prefeito é que vai fazer, é que vai conseguir, é o prefeito que vai fazer, que vai conseguir. E a gente fica aqui, às vezes, fazendo palanque desnecessário”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o autor...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu ainda estava com a fala, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é só para terminar, vereador Alessandro. Eu, se o senhor me



permite e gostaria... E vou sugerir ao senhor...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o senhor me dá só um aparte, porque aí eu vou... O senhor me dá um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “deixa só eu fazer uma sugestão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “porque aí o senhor vai saber... Não, me dá um aparte, por favor?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tá, perfeito”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é porque, vereador Silvânio, eu, o vereador Leci e o chefe de gabinete, Wesley, fomos com Vítor nessa reunião que Vítor ligou. E lá, com o povo lá, com a comunidade, estava até presente a sua secretária, não foi ideia de Vítor, não foi ideia... Foi ideia minha, na hora que Vítor me deu a palavra, de eu falar: ‘Vítor, eu posso fazer um requerimento de pedir a Guarda Municipal até que possa tomar a decisão sobre o DER e tudo?’. Vítor falou: ‘não, vereador, você está certo’. O vereador Leci estava lá, não é? O povo todo aplaudiu a minha sugestão e concordaram, foi o povo lá, não é, vereador Leci? O senhor está aqui de testemunha, sabe disso, o povo concordou, me parabenizou pelo requerimento e Vítor falou: ‘faça o requerimento, então, vereador’. Por isso que eu estou fazendo o requerimento, foi através do povo, lá na reunião. Por isso que eu estou fazendo esse requerimento. E o presidente lá, vereador Silvânio, falou assim: ‘o vereador Silvânio, eu já entreguei várias demandas também para ele, vereador, mas a sua também é boa’. Se puder, a Guarda Municipal nos atender até ser feita a solicitação seria ótimo. O outro falou assim da Polícia Rodoviária, ele falou: ‘mas a Polícia Rodoviária não tem como, é para atender geral’. Mas pelo menos um Guarda Municipal, ao invés de ele ficar lá na porta da escola, ficar naquela travessia ali, até que volte o radar que o pessoal falou, ou o elevado do quebra-molas, seria bom esse



requerimento. Você entendeu, vereadora Ângela? Vereadora, a senhora entendeu? Foi o povo que pediu, vereador Silvânio. Obrigado pelo aparte”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é, eu só acho, vereador, já que o senhor citou o meu nome, eu acho que a gente devia era pedir para ligar o radar. Liga o radar e depois vamos buscar outras soluções. O radar está lá parado, vamos ligar o radar”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “você entendeu, Silvânio?”. O Senhor Presidente: “eu pediria aos vereadores, nós temos mais seis requerimentos aqui e nós votamos apenas dois ou três. Então, que seja mais rápido para o andamento da reunião. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo requerimento, Silvânio Aguiar, vereador”. 4) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal mediação urgente junto ao DER – Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, para a devida sinalização de passagem de pedestres e reativação dos radares situados na MG-030, próximo ao Centro de Reciclagem e à Empresa Enalter, nos Bairros José de Almeida e Vila Industrial. Aprovado, nove votos. 5) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que promova a instalação de câmeras de monitoramento em todas as escolas da rede pública municipal. Aprovado, nove votos. 6) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine a fiscalização urgente de ocupações irregulares no Vila da Serra, próximo ao limite entre Nova Lima e Belo Horizonte. Aprovado, nove votos. 7) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que a Administração Municipal retome os estudos para a criação da Área de Diretrizes Especiais (ADE) – Vale do Sereno. Aprovado, nove votos.



O Senhor Presidente: “tem algum vereador com algum requerimento verbal?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tenho um requerimento”. O Senhor Presidente: “verbal?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “verbal”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o requerimento é para São Sebastião das Águas Claras. Ali tem um bar em frente àquela capela, quando entra logo... Tanto indo daqui como vindo da Rio Verde, da ex-mineradora Rio Verde. Tem um bar ali, quando você faz a curva vindo de lá para cá, tem várias pessoas que passam e-mail para mim, alguns são meus amigos, outros são desconhecidos, que as pessoas até idosas e qualquer criança não conseguem, no sábado e no domingo, principalmente no sábado, que o horário de pico ali, de mais ou menos dez horas até as cinco da tarde, a calçada, o passeio não se pode passar, não tem jeito. E o pior, logo na rua, as motos estacionam com a placa... Duas placas de proibido. Também nada. E quem faz a multa passa para lá e para cá, nada. Aí, pior ainda, eles têm estacionamento para pôr a moto, não põem. Aí a pessoa, às vezes, tem deficiência ou é idosa ou tem dificuldade de transitar, tem que ir lá no meio da rua, de uma rua que já tem problema. Os problemas de São Sebastião das Águas Claras são evidentes, tem horário lá que, às vezes, você entra e você não consegue sair do arraial. Então, o requerimento é pertinente, é pedir ao prefeito encaminhar um outro igual à Polícia Militar, que faça autuação das motos, inclusive, motos que não têm placa, pior ainda, é cheia de irregularidade a situação, mas é cheia. Eu não sei porque que não tem atitude e providência. São motos que todos nós sabemos aí que são importadas, que não tem placa mesmo, que vem lá de Manaus, de onde for, aí chega no Brasil e não paga imposto. Vale do Sol há pouco tempo, menos de um ano, a



Receita entrou lá numa oficina com duas carretas, levou quase cem motos, tudo presa, foi tudo para leilão. Isso não importa, isso não é problema meu, se vai para leilão ou não. Eu quero é que notifique o prefeito para ele pedir à Polícia Militar que faça autuação, porque daquela forma que está lá, não tem condição de as pessoas transitarem ali. E o pior, são pessoas que vivem ali, são pessoas humildes, são pessoas pobres que todo dia estão passando ali. Agora, vêm os bacanas de Belo Horizonte, sentam lá, bebem, comem, sujam, cospem e não deixam as pessoas andarem. Então, a vida só é boa quando é bom para todo mundo, quando é bom para uns e ruim para outros, não adianta nada. O requerimento é bem consistente, viu, senhor procurador? Podia fazer que peço que faça autuação das motos e também do dono do bar porque ele não pode jogar no passeio aquele monte de mesa lá não. Ali é passeio, ali é calçada, ali o cidadão tem que transitar. Em Nova Lima eles têm mania de fazer isso, infelizmente, tem. E lá eles fazem isso com uma facilidade, que acha que tudo é cachorro que mora lá. Os caras vêm de Belo Horizonte, chegam em São Sebastião das Águas Claras, ‘ah, aqui pode fazer o que quiser aí’. As pessoas mesmo que vivem lá, que são humildes, não podem nem transitar. Eu queria que esse requerimento, viu, senhor procurador? Fosse bem consistente, pedindo à Polícia Militar que faça autuação lá, porque a placa está lá para fazer autuação, não faz porque não quer, viu? É só querer fazer, faz. Aí vem aquela desculpa entre aspas, não sei se é desculpa: ‘ah, não tem o pátio de carro’. Chama a prefeitura com o fiscal o dela, o dono do bar, ele tem estacionamento do lado lá, uai. Tira dali e põe no estacionamento ou leva embora, é até melhor porque confisca, vai para leilão porque não tem placa. Esse é o requerimento e não... Eu já era para ter feito



esse requerimento há muito tempo, mas estou segurando, segurando. Eu estou pedindo para as pessoas tomarem providência, ninguém toma, ninguém toma, ninguém toma. Aí depois, a gente faz um requerimento desses, um ou dois lá da cidade, que eu sei que me xingaram lá, que saíram lá na porta do bar e gritaram lá: ‘não vota nesse vereador mesmo, não vota nele não porque ele está tentando tirar o...’. Não sou eu, eu não sou candidato. ‘Vota no Papa’, falei para um deles lá. Vota no Papa, quem sabe ele ganha. Então... Agora, eu vou cumprir porque as pessoas me pedem e uma meia dúzia é beneficiada e o resto prejudicado. Então, não tem lógica e sentido isso”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de parabenizar o senhor. Não é só lá em São... Não é só em Macacos que estão acontecendo as coisas, principalmente esses motoqueiros, de madrugada, empinando moto, o maior barulho, esses carros de som. Tem a lei. Eu acredito muito no prefeito Vítor e no Dr. Juarez, que eles têm a obrigação de agir em prol da comunidade. E eu espero, vou dar um prazo, se não agirem também, eu vou criticar, se agirem, eu vou agradecer. O senhor está de parabéns. Continua em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Apresentação de oradores, o Nélio Aurélio está inscrito no Grande Expediente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas eu prometo que eu vou demorar dois minutos ou três, até para a reunião encerrar mais rápido”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, é porque o Senhor foi... Eu poderia fazer um requerimento verbal?”. O Senhor Presidente: “pode, perfeitamente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é o seguinte, o Senhor tantas vezes já solicitou que fosse construída passarela, que fosse construído quebra-molas ali no trevo dos Cristais e eu tenho passado ali, tem me



chamado atenção pelo seguinte, ali não tem nem uma faixa de pedestres pintada no asfalto. Então, que essa Casa Legislativa envie esse requerimento, faça chegar, vereadora Ângela Lima, a senhora que tem um contato bom lá... Pelo menos pinte uma faixa de pedestres ali, pelo menos para alertar, chamar a atenção ao motorista que ali transitam pessoas, não é? Porque você passa, é uma reta, não tem um quebra-molas, não tem nada ali que chame... Que faça o motorista diminuir a velocidade. Então, que pelo menos pinte uma faixa ali alertando para isso, até que saia lá o quebra-molas”. O Senhor Presidente: “eu vou pegar um gancho aqui num requerimento, parece um requerimento ou algum vereador comentou que o prefeito vai ao DER dia dezessete. Eu estarei lá, vou reivindicar as coisas para aquela região e é a última vez. Vai trazer transtorno, eu estou pedindo o apoio aí, sempre na Casa, para o vereador Flávio. Vai trazer um grande transtorno, a gente vai queimar pneu ali umas três, quatro vezes, meia dúzia, até esse DER tomar vergonha na cara. Então, eu até anotei aqui, eu vou me convidar para comparecer no DER com o prefeito e vou fazer as reivindicações, que é um abuso. Então, o prefeito já se prontificou em ir no DER, deve ter algumas reivindicações, não sei de quem, sobre solicitação lá no DER em prol da comunidade, eu estarei lá. E o autor do requerimento está de parabéns. Em discussão o requerimento, continua. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “pode terminar então, Presidente?”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “posso terminar?”. O vereador Leci Alves Campos: “o senhor vai fazer mais um requerimento?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, eu vou... Eu estou inscrito



como orador ali”. O vereador Leci Alves Campos: “não... Então, antes... Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “senão nós vamos ficar aqui até amanhã”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, antes da terceira parte que seria... Da quarta parte que seria a apresentação do orador inscrito, eu posso fazer uma moção de pêsames?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de fazer para os familiares do senhor Joseph Sanders, senhor Joe, que faleceu essa semana, uma pessoa muito conhecida na cidade, grande atuante na comunidade, ex-funcionário da Morro Velho e a família merece essa manifestação de pesar aqui do Legislativo”. O vereador Fausto Niquini: “senhor vereador, Leci Campos, eu sou muito amigo lá também da família, será que o senhor me autoriza assinar juntamente com o senhor esse requerimento?”. O vereador Leci Alves Campos: “claro, perfeitamente”. O vereador Fausto Niquini: “muito obrigado”. O Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos favoráveis. O vereador Leci Campos concedeu ao vereador Fausto que fizesse parte dessa moção. Nove votos favoráveis. Com a palavra o vereador Nélio Aurélio no Grande Expediente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu não vou demorar não, Presidente, mas eu queria só, antes de eu entrar na minha fala aqui, só consultar a Sua Excelência, eu conversei com o prefeito Vítor Penido e por essa Casa aqui, tivemos uma dificuldade muito grande para resolver um problema do Santo Agostinho ali, daqueles carros que descem na chuva ali e param, vão parando, e ali já aconteceu acidente e está sujeito a morrer gente. Graças a Deus que o prefeito entrou, o Vítor Penido resolveu esse problema em menos de... Ficou quatro anos o prefeito para



resolver isso e não conseguiu resolver, o Vítor já resolveu. Falou para mim hoje e o Colégio Santo Agostinho me disse que o projeto está pronto com o André... O André é o... André é o Secretário de Planejamento. André. O André despachou, o Vítor assinou, era para o projeto estar aqui hoje, é uma reivindicação do Colégio Santo Agostinho, dos pais, das mães, pela necessidade, porque quando os carros descem, não dá vazão para fazer a curva e eles ficam todos na MG030, e isso aí é fundamental eles terem esse alargamento da pista lá em cima, em frente ao Colégio, exatamente para não dar essa acumulação de tráfego na MG030. Vai acontecer uma desgraça ali. Ainda bem que o prefeito Vítor Penido foi procurado pelo Colégio, pelas pessoas interessadas e despachou o projeto. Ele era para cair aqui na Câmara hoje, não deu. Mas amanhã ou depois, eu vou procurar o projeto lá porque eu também tenho interesse, tem filhos meus que estudam lá, eu vou na escola, busco eles, levo e vou trazer o projeto e vou pedir que na reunião que vem, vou pedir os meus pares, os vereadores aqui, que entendam a complexidade do projeto e que votem ele na semana que vem. E para concluir essa parte, dizer à Sua Excelência que terça-feira é feriado, o Senhor poderia passar a reunião para segunda ou para quarta, porque são poucas reuniões que nós temos para acabar o ano, estou dando uma sugestão, ou passa para quarta ou para segunda porque terça é feriado. O que a Sua Excelência acha, antes de eu entrar no meu...". O Senhor Presidente: "eu vou consultar os vereadores amanhã, quem sabe que o vereador vai optar para não ter a reunião, então...". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "é, mas nós estamos aqui, tem um vereador que não está na Casa, tem nove na Casa. Pode optar... Pode...". O Senhor Presidente: "você quer...". O vereador Nélio Aurélio de Souza:



“entendi”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio...”. O vereador Flávio de Almeida: “não é não, é porque terça-feira é feriado nacional, não é?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “oi?”. O vereador Flávio de Almeida: “na terça é um feriado nacional”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “na terça”. O vereador Flávio de Almeida: “não é isso?”. O Senhor Presidente: “é”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tá, então passa para a quarta, passa para a quarta”. O Senhor Presidente: “não haverá expediente na prefeitura, nem na Câmara na segunda”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, quarta é livre o dia”. O vereador Leci Alves Campos: “na quarta, então uai”. O Senhor Presidente: “segunda-feira vai emendar, prefeitura e Câmara Municipal”. O vereador Leci Alves Campos: “então, na quarta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “na quarta. Ninguém... E você, Leci? Quarta-feira”. O vereador Leci Alves Campos: “na quarta para mim dá, tranquilo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e você, Fausto? Quarta-feira? Ah?”. O vereador Leci Alves Campos: “na quarta, Fausto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também vou viajar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e a sua, vereadora? Quarta? Está bom? Tem a maioria, Presidente, tem maioria. Você não quer não?”. O Senhor Presidente: “não tem a maioria não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem quatro votos aqui”. O vereador Flávio de Almeida: “eu tenho reunião marcada”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “três, o meu, quatro”. O vereador Flávio de Almeida: “eu já tenho reunião agendada”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu, como era feriado nacional, então não tem como”. O vereador Flávio de Almeida: “à noite”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “quarta-feira está livre, tem voto, quatro votos, três lá, um aqui, quatro...”. O Senhor Presidente: “não, não está dando a maioria



não, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “como é que é?”. O Senhor Presidente: “vamos contar aqui”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, ali não é contrário não. Ali, todos os três estão a favor”. O Senhor Presidente: “não, não, deixa que eu vou contar. O Fausto não está, o Coxinha não está, o Gilson...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “você também... Você também não concorda não?”. O Senhor Presidente: “e o Flávio. Então, não haverá reunião”. O vereador Fausto Niquini: “não é que eu não concordo”. O Senhor Presidente: “perdeu na votação, vereador. Agradecemos a presença de todos e sob...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “espera aí, vereador... Presidente, eu vou fazer o meu... Eu estava... Eu estava só colocando duas questões...”. O Senhor Presidente: “com a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “inclusive, mudando o dia, mas não consegui. Mas está bom, isso aí é... Quem manda é a maioria mesmo”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor líder, senhor líder, talvez o senhor está preocupado é com a tramitação da LOA, não é isso?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não sei, não é? Pode ser que seja. A gente está... Eu... O meu interesse, que eu estou saindo da Casa, nós não temos muitas reuniões, por isso que eu fiz isso”. O vereador Leci Alves Campos: “claro”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “simplesmente, só por isso, mais nada...”. O vereador Leci Alves Campos: “eu estou de acordo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “muitos também... Tem que respeitar também alguém que não quer, paciência”. O Senhor Presidente: “vereador, o pessoal, pelo o que eu notei aqui, os vereadores vão aproveitar o feriado para viajar porque vai emendar. A Câmara não vai funcionar na segunda, nem a prefeitura. Eu senti isso”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Nélio



Aurélio de Souza: “democraticamente, Presidente, já foi liquidado isso, perdemos, acabou”. O vereador Flávio de Almeida: “não, eu acho que não é isso não, gente. Eu acho que as colocações não são boas. Eu já tenho uma reunião agendada. Como é um feriado na terça, eu não vou incomodar as pessoas. Então, foi agendada uma reunião para a quarta, eu sigo a minha agenda certinho. Não tem nada de viajar, nada disso não. E outro negócio, o projeto tem que chegar na Casa... Vejam bem, vocês brigam o tempo inteiro que o projeto tem que chegar na Casa e ser estudado, não é isso? O projeto vai chegar na Casa, passa... Ele já chegou na Casa? Então, vamos estudar o projeto. Vamos ver de quem é o terreno, quem está passando esse terreno, é isso, não tem dificuldade nisso não. Se entrou na Casa, a gente vota”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu também não vou viajar não, tá? Eu, é porque já tinha uma reunião marcada”. O vereador Flávio de Almeida: “não, não, eu falo do pedido do vereador Nélio, o que é?”. O vereador Leci Alves Campos: “é a LOA”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não”. O vereador Flávio de Almeida: “não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu falei do Santo Agostinho”. O vereador Flávio de Almeida: “não, gente, a discussão aqui não é a LOA mais, a discussão é o pedido do vereador Nélio, do Colégio Santo Agostinho lá. O pedido dele é o projeto do Santo Agostinho, não é a LOA não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso aí é uma coisa, na minha opinião, mais simples, mas... Posso terminar aqui?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, está bom. Eu vou mostrar aqui, isso aqui eu custei a achar na minha casa, porque há muito tempo que eu queria achar e não conseguia, viu, vereador Flávio? Eu vou... Isso aqui serve para a Sua Excelência



também, porque você é da região. Nova Lima, Lei 1.542 de 1998, está bem claro aqui. 07 de janeiro de 1998, ‘Autoriza a concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Bairro Jardim Canadá do município de Nova Lima’. Aí vem aqui: ‘O povo do município de Nova Lima, por seus representantes decretou e eu, Prefeito Municipal, em nome, sanciono a seguinte lei’. Seria interessante vocês ouvirem isso aqui, que isso aqui ninguém... Praticamente quase poucas pessoas sabem. Isso aqui serve para o pessoal do Água Limpa também, viu? Viu, vereador Flávio? ‘Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração dos Serviços de Abastecimento de Água da Sede do Município, celebrado com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, em 09 de agosto de 1977’. Manja bem a data disso aqui. Quando eu venho aqui pedir, que não tem um prefeito que consegue fazer igual ao Antônio Júlio fez lá em Pará de Minas, cassou a concessão da COPASA, já tem outra lá fazendo um serviço muito melhor do que o dela, ele fez isso lá, prefeito do PMDB. Aqui ninguém faz nada contra a COPASA, ela tira 73% da água de Nova Lima, leva para Belo Horizonte, ainda vende a nossa água sabe para quem? Sabe quem recebe os royalties da nossa água? A prefeitura de Belo Horizonte. Sabia, vereador? A prefeitura de Belo Horizonte recebe os royalties da nossa água. Mas vamos lá no projeto que está aqui: ‘para conceder, também a COPASA/MG, o direito de executar e explorar com exclusividade, pelo prazo de 30 (trinta) anos a contar da data de assinatura do Termo Aditivo aqui referido, os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Bairros...’. Aí vem os bairros. Olha o tanto de bairro que a COPASA tem concessão para pôr água e esgoto, e nem por



lá apareceu até hoje, desde 1977. 87, 97, 107, 117, vai para 40 anos, 40 anos. Seria interessante o pessoal do Água Limpa ver isso aqui para cobrar dela. Então, vamos lá, olha os bairros quais são aqui: ‘Esgotamento Sanitário... Jardim Canadá, Água Limpa, (está bem aqui, no cantinho aqui), Varginha do Neto, Solar da Lagoa, Lagoa do Miguelão, Vale do Sol, Morro do Chapéu, São Sebastião das Águas Claras, Jardim Amanda, Passárgada, Jardim Monte Verde, Village San Souci, Bosque da Ribeira, Estância Serrana, (...) Village Terrasse, Vale do Sereno, Jardinaves, Jardim das Mangabeiras, Jardim da Torre, Piemont, Vila da Serra, Bosque do Jambreiro, Jardim de Petrópolis, Green Park, Ville de Montagne, Ouro Velho Mansões’. Olha o tanto de bairro que a COPASA tem o poder para pôr água. É evidente que alguns deles aqui, Miguelão, Morro do Chapéu, tudo tem água própria e se ela quiser entrar lá, ela entra a hora que quiser porque ela tem a concessão do município, ela entra lá e põe a água. Só que ela não tem interesse em pôr lá, mas tem bairro pobre aqui que precisa que ela chega, estou dando o exemplo aqui do Água Limpa muito claro. Isso é uma covardia, fazer um negócio desses, há quarenta anos uma empresa tem uma concessão para pôr água no Água Limpa e não põe em quarenta anos? Tem que cassar a concessão dela, já era. ‘Parágrafo único. Fica autorizada, ainda, a Prefeitura Municipal de Nova Lima a prorrogar o prazo do Contrato de Concessão de Serviços de Abastecimento de água da Sede do Município, fazendo sua vigência coincidir com a dos Serviços de Esgotamentos Sanitários ora concedidos. Art. 2º. A COPASA/MG deverá iniciar as obras de implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Jardim Canadá no prazo de 06 (seis) meses’. Seis meses fala em 1977. Isso aqui é do esgoto e eram três



elevatórias que nós tínhamos que ter lá, não é isso? Tem uma, ela não suporta, ela joga todo aquele detrito lá por trás do Monte Verde, desce e vem cair aqui no dos Cristais. Tudo isso aí. E tem um monte de gente que defende o meio ambiente aí, que foi... Tentou ser eleito aí, porque não resolve esse tipo de coisa? Não é? Vamos lá, terminar aqui: ‘contado da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de concessão da sede do Município. Art. 3º...’. Eu dou a palavra para você e você me devolve cinco minutos. Com a palavra, vereador”. O vereador Fausto Niquini: “continua, é muito interessante o assunto do senhor”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “muito obrigado, vereador, médico. ‘O projeto executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário, incluindo o projeto da Estação de Tratamento de Esgoto, deverá estar concluído no prazo de 01 (um) ano’. Isso aí é brincadeira, não é? Um ano, o esgoto sanitário, as usinas todas no Canadá. Nós estamos em 2016, eu estou falando de 1977. ‘... Aditivo. As obras do Sistema de Tratamento de Esgoto serão iniciadas em até 01 (um) ano’. Que seria em 1977, iniciar em 1978. ‘Após a conclusão do projeto, podendo ser esse prazo prorrogado por mais...’. Um prazo idêntico, seria mais um ano. ‘4º. A COPASA/MG só iniciará a operação dos Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário após a conclusão das obras respectivas. 5º. Aos serviços públicos de abastecimento de água concedidos pela presente lei, será aplicado o mesmo regime tarifário que se aplica para a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água da sede do Município’. Que seria aqui. ‘Art. 6º. A tarifa de esgoto corresponderá a 100% (cem por cento) da tarifa de água’. Está errado também, porque é noventa por cento, não pode ser cem. Ela não pode chegar... É noventa por cento, aqui está cem. ‘Art. 7º. Aplicam-se à presente concessão, no que couber, as



demais disposições da Lei nº 814 de 1º julho de 1977’. Que é essa lei aqui. ‘E do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água da sede do Município’. Resumindo, terminando, está aqui: ‘07 de janeiro de 1998’. Já fizeram esse aditivo, que era... É outro que fizeram. Então, é... Isso aqui... Eu estou saindo da Casa, mas isso aqui é uma vergonha. Eu vou fazer um requerimento também... Eu tive que ler no Grande Expediente porque era longo. Eu vou fazer um requerimento anexando isso para o Vítor Penido, para ver, porque eu acho que ele tem coragem, porque ele devia cassar a concessão da COPASA dentro do município de Nova Lima”. O vereador Fausto Niquini: “assinatura de qual prefeito que está aí?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “que o mais importante... E o mais importante...”. O vereador Fausto Niquini: “vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “que a cassação da concessão é... Se o prefeito fizer, ela não pode sair do município instantaneamente. A lei a faz ter uma transição com quem ganhar a concessão. O contribuinte não vai ficar órfão de água ou de esgoto. Ela tem que primeiro fazer a transição, a empresa que ganhar a concessão entra e depois ela sai. Sabia, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “o vereador fez uma pergunta para o senhor, o vereador Fausto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o médico tem todo privilégio, uai”. O vereador Fausto Niquini: “só perguntar para o senhor qual foi o prefeito que assinou aí, a assinatura de qual prefeito?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é até bom, porque é o Vítor Penido de Barros”. O vereador Fausto Niquini: “então, com certeza agora vai...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou encaminhar para ele e eu já comentei isso com ele, eu comentei isso com ele. E vou dizer uma coisa, a prefeitura está quebrada, ele pegou a prefeitura quebrada. Isso



aqui está vencido. Até para manter a COPASA aqui, ele pega dinheiro demais com isso aqui, dinheiro demais, se falar assim: ‘eu vou manter vocês, vocês têm que...’. Eles não puseram uma rede de esgoto. Eles estão aqui, Flávio, eles estão aqui há quarenta anos, eles não fizeram uma rede de esgoto, nem uma. Vocês sabem que o Vale do Sol... Pode falar”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador, uma empresa que recebe... Faz uma parceria com a prefeitura municipal, a prefeitura vai no Jardim Canadá, faz toda a rede de esgoto, asfalta as ruas, a empresa não conseguiu captar o esgoto. O Bairro Jardim Canadá II todo usa a rede de esgoto sem ter para onde ir, está tudo parado. Então, ou seja, quando eles forem mexer lá, aquela rede de esgoto já era, não tem mais rede de esgoto porque são manilhas com água presa ali. Então, essa empresa é uma vergonha, não é aqui não, é em qualquer lugar que ela passa. Ela é boa para cortar água do pessoal, ela é boa para cobrar quinhentos reais de esgoto no Jardim Canadá com água, ela é boa para essas coisas. Mas também, gente, diga-se de passagem, são as parcerias que vão sendo realizadas que não são cobradas, não é? Mas se fosse uma empresa desse tamanho, meu Deus do céu. Se fosse alguém que estivesse vindo lá de baixo, então? Estava lascado. Mas é uma empresa grande”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas concluindo então, Senhor Presidente, isso aqui eu vou deixar no requerimento. Eu acho que algum vereador que vai ficar na Casa podia tirar uma cópia disso, porque isso foi extraviado e principalmente com muito, mas muito mesmo, pesar aqui, é uma covardia o que fazem com o Água Limpa. Tem uma autorização... A COPASA tem autorização para pôr água no Água Limpa há 40 anos atrás e só tem cisterna lá e ninguém tem... Não tem nem... Como que vai tirar água na cisterna, da pedra, tem que abrir outro buraco.



Isso é uma covardia de fazer. Agora, a covardia, o poder público tem que tomar providência, não é? Porque não adianta nada a gente falar aqui... Não adianta nada a gente falar aqui e o poder público não tomar providência. Eu falei com o Vítor que ele podia fazer igual ao Antônio Júlio lá em... Ele ia ser um prefeito aqui endeusado por toda a cidade porque... E o que a COPASA tentou fazer também, não sei se... Acho que o Leci estava aqui, vereador comigo acho que foi só o Leci, acho que o Zé também não estava não. Ela tentou entrar na sede, no governo Carlinhos, porque é bom demais. A única coisa que ela não tem é o melhor... O melhor de Nova Lima ela não tem, que é a sede. Se ela entra aqui no esgoto da sede, a conta dele ali que é de cem, vai para duzentos, ela é doida para entrar na sede, ela estava dando um dinheirão para entrar aqui. Mas, graças a Deus, eu estava aqui, eu fui um dos que não concordei e me lembro porque tenho que fazer justiça, porque o Zuca não concordou, eu me lembro, Marcelino não concordou, vários vereadores não concordaram. Mas ela estava doidinha para pegar o melhor do bolo, que é aqui, a sede de Nova Lima. Por que? Porque aqui, setenta por cento do escoamento fluvial aqui é jogado dentro da... Do esgoto é jogado dentro do escoamento fluvial, setenta por cento. Ela é doida para entrar aqui porque ela não precisa fazer obra, vai usar... E Nova Lima, para o futuro, tem que mudar isso, como é que você joga esgoto no escoamento fluvial da cidade? Então, eles não fazem nada, não investem em nada. Então, é... Eu termino aqui o meu... Mostrando lá para aquela câmara lá, o pessoal do Água Limpa, é importante vocês terem esse documento aqui, é importante, porque vocês podem cobrar, porque isso é uma concessão que tem para vocês aí, há quarenta anos. Obrigado, Senhor Presidente". O Senhor Presidente:



“vereador Nélio, eu pediria que o senhor emprestasse...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu tenho cópia, pode ficar com essa”. O Senhor Presidente: “pode? Muito obrigado. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite”.\_\_\_\_\_